

## PROGRAMAS GOVERNAMENTAIS E MANUTENÇÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR: O TERRITÓRIO RURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ.

Andrei Stock <sup>1</sup>

Simone Caroline Piontkewicz <sup>2</sup>

Valmor Schiochet <sup>3</sup>

**Resumo:** O objetivo deste estudo é identificar os principais programas de apoio às políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no território rural do Alto Vale do Itajaí - SC. Políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo e contribuam para o desenvolvimento regional. Em relação aos programas voltados para a agricultura familiar no Alto Vale do Itajaí, estes, auxiliam a diminuir o êxodo rural e tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção, atualmente baseada no monocultivo. Os arranjos associativos estimulados favorecem uma mudança de patamar na qualidade de vida das famílias e uma ressignificação social do trabalhador do campo. Os programas existentes elevam o modo e a capacidade de produção das propriedades familiares, mas ainda há um longo caminho para a manutenção da agricultura familiar, a atividade agrícola por mais que tenha modernizado suas técnicas, permanece sendo árdua.

**Palavras chave:** Políticas Públicas; Territórios Rurais; Alto Vale do Itajaí; Desenvolvimento Regional.

## GOVERNMENTAL PROGRAMS AND MAINTENANCE OF FAMILY AGRICULTURE: THE RURAL TERRITORY OF THE HIGH VALLEY OF ITAJAÍ.

**Abstract:** the objective of this study is to identify the main programs to support public policies aimed at family agriculture in the upper Vale do Itajaí - SC rural territory. Public policies that include public expenditures capable of reducing production costs and enabling the productive sector improve the structural conditions for growth and development of the local economy. The problems faced by family agriculture in Brazil and the specificities of the sector require pertinent public policies that enable small productive enterprises, promote the

---

<sup>1</sup> Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau - FURB e funcionário do SENAC (Campus Rio do Sul- SC) e integrante do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional. E-mail: andreistock@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau – FURB e integrante do Núcleo de Pesquisas em Políticas Públicas – NPP. E-mail: simonecarolinep@gmail.com.

<sup>3</sup> Doutor em sociologia pela Universidade de Brasília- UnB e Professor do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau - FURB e líder do Grupo de Pesquisa em Economia Solidária, Trabalho e Desenvolvimento Regional. E-mail: valmorschiochet@gmail.com

establishment of rural producers in the countryside and contribute to regional development. In relation to the programs aimed at family agriculture in the Upper Vale do Itajaí, these help to reduce the rural exodus and have a structuring effect for the planning and diversification of production, currently based on monoculture. The stimulated associative arrangements favor a change in the quality of life of the families and a social reassignment of the rural worker. Existing programs improve the process and production capacity of family farms, but there is still a long way to maintain family farming, and agricultural activity, even though it has modernized its techniques, it still remains arduous work.

**Keywords:** Public Policies; Rural Territories; Alto Vale do Itajaí; Regional development.

## 1 INTRODUÇÃO

Políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção viabilizando o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito, e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Superadas tais dificuldades o setor poderia então contribuir para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde estão inseridos (PITAGUARI; LIMA, 2005).

A estratégia de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais tem como objetivo aprimorar a gestão compartilhada do desenvolvimento sob os princípios da gestão social e tem como meta estabelecer e/ou fortalecer as instâncias territoriais para esta gestão (MDA, 2005).

O objetivo deste estudo é identificar os principais programas de apoio as políticas públicas voltadas para a agricultura familiar no território rural do Alto Vale do Itajaí, sua abrangência e penetração nos municípios do território. O universo desta pesquisa compreendeu o ordenamento territorial realizado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) compreendido pelo território rural do Alto Vale do Itajaí.

O território rural do Alto Vale do Itajaí é constituído de 32 municípios, compreendendo uma população de 299.647 habitantes, sendo 112.989 habitantes na área rural (IBGE, 2010), possui um IDH-M (Índice de desenvolvimento humano – médio) de 0,727, alto (PNUD, 2010). Trata-se de um espaço físico, geograficamente definido, contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos

sociais que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se podem distinguir elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial.

A pesquisa realizada foi do tipo bibliográfica, fornecendo meios para o embasamento do trabalho, e documental, onde foram realizados levantamentos estatísticos de dados brutos, sobre os programas de apoio à agricultura familiar, assim como dados populacionais em diversos sites governamentais e de apoio, de reconhecida fidedignidade. Teve um caráter exploratório, buscando tornar o tema das políticas públicas para a agricultura familiar e o território rural do Alto Vale do Itajaí assuntos mais explícitos e claros, com uma abordagem quantitativa dos montantes observados, e qualitativa em relação as consequências observadas em relação aos valores levantados na pesquisa.

O artigo está, para fins metodológicos, dividido em oito capítulos, além desta introdução, o segundo capítulo faz um apanhado geral fundamentando teoricamente políticas públicas e governança no território. O terceiro capítulo traz um histórico sobre o planejamento e o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil, com uma explanação sobre a legislação e os principais programas de apoio a agricultura familiar. O quarto capítulo aborda a política de territórios rurais do ministério do desenvolvimento agrário, suas técnicas e objetivos. O quinto capítulo faz um levantamento das características espaciais, culturais, sociais, ecológicas e econômicas do território rural do Alto Vale do Itajaí sob a perspectiva da agricultura, em especial familiar. O sexto capítulo faz uma análise das políticas públicas aplicadas a agricultura familiar no território rural do Alto Vale do Itajaí, traz os valores aplicados em diversos programas no território e em seus municípios, contextualizando com as atividades produtivas e consequências evidenciadas. Por fim, as considerações finais onde são apresentadas as conclusões gerais do estudo e as referências bibliográficas da pesquisa.

## **2 POLÍTICAS PÚBLICAS E GOVERNANÇA NO TERRITÓRIO**

A análise de políticas públicas não dispõe de uma teoria uniforme. No entanto, com a combinação moderna de métodos e um foco novo e peculiar, ela está contribuindo permanentemente para a formação teórica, que também modifica nosso conhecimento sobre a política processual tradicional (BEYME, 1985).

Na ciência política, costuma-se distinguir três abordagens de políticas públicas de acordo com os problemas de investigação levantados. Em primeiro lugar, podemos salientiar o questionamento clássico da ciência política que se refere ao sistema político como tal e

pergunta pela ordem política certa ou verdadeira: O que é um bom governo e qual é o melhor Estado para garantir e proteger a felicidade dos cidadãos ou da sociedade foram as preocupações primordiais dos teóricos clássicos Platão e Aristóteles. Em segundo lugar, temos o questionamento político, propriamente dito, que se refere à análise das forças políticas cruciais no processo decisório. E, finalmente, as investigações podem ser voltadas aos resultados que um dado sistema político vem produzindo. Nesse caso, o interesse primordial consiste na avaliação das contribuições que certas estratégias escolhidas podem trazer para a solução de problemas específicos (FREY, 2000).

A análise de campos específicos de políticas públicas como as políticas econômicas, financeiras, tecnológicas, sociais ou ambientais não se restringe meramente a aumentar o conhecimento sobre planos, programas e projetos desenvolvidos e implementados pelas políticas setoriais. Visando à explanação das leis e princípios próprios das políticas específicas, a abordagem da *policy analysis* pretende analisar a inter-relação entre as instituições políticas, o processo político e os conteúdos de política com o arcabouço dos questionamentos tradicionais da ciência política (WINDHOFF-HÉRITIER, 1987)

Sob a ótica da ciência política, a governança pública está associada a uma mudança na gestão política. Trata-se de uma tendência para se recorrer cada vez mais à autogestão nos campos social, econômico e político, e a uma nova composição de formas de gestão daí decorrentes. No contexto temático propõe-se entender governança como uma nova geração de reformas administrativas e de Estado, que têm como objeto a ação conjunta, levada a efeito de forma eficaz, transparente e compartilhada, pelo Estado, pelas empresas e pela sociedade civil, visando uma solução inovadora dos problemas sociais e criando possibilidades e chances de um desenvolvimento futuro sustentável para todos os participantes (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

Paralelamente à hierarquia e ao mercado, ao novo modelo somam-se a negociação, a comunicação e a confiança. Aqui a governança é entendida como uma alternativa para a gestão baseada na hierarquia. Em relação à esfera local, ela significa que as cidades fortalecem cada vez mais a cooperação entre a área urbana e rural, com os cidadãos, as empresas e as entidades sem fins lucrativos na condução de suas ações (KISSLER; HEIDEMANN, 2006).

O território surgiu como uma nova unidade de governança, situada entre a escala local e a escala nacional, representa uma possibilidade de resposta articulada entre o setor público e a sociedade civil para enfrentar as causas do subdesenvolvimento. O desenvolvimento

territorial favorece a emergência de valores universalistas, baseados na identidade de culturas e territórios, se reforçam a coesão social, vínculos de proximidade e de solidariedade comunitárias. São viabilizados a promoção da equidade, do respeito à diversidade, da solidariedade, da Justiça social, do sentimento de pertencimento e de inclusão social (ABRAMOVAY, 2010).

É necessário encontrar um novo equilíbrio entre as dimensões econômicas, sociais, espaciais, culturais e ecológicas. Só com a modificação do comportamento econômico, ambiental e socialmente destrutivo será possível proporcionar a todos os habitantes do planeta uma sobrevivência decente.

As mudanças fundamentais para promover o desenvolvimento agrícola e rural sustentável incluem o envolvimento e participação da população rural, a descentralização, elevando o status e a capacidade de gestão das comunidades locais, o estabelecimento de direitos e obrigações legais com respeito ao uso da terra e dos recursos naturais e o investimento na reabilitação e conservação dos recursos naturais. Em uma nova visão sobre o termo, a ecologia trata da compreensão interdisciplinar, e das infinitas conexões existentes, da visão holística, de totalidade, entre as ações e reações entre os seres e a natureza. Define a ecologia como a ciência e a arte das relações e dos seres relacionados (SACHS, 1993).

O desafio colocado aos planejadores do desenvolvimento territorial consiste em trazer as reflexões e orientações utilizadas na elaboração de um projeto que envolva as dimensões econômicas, sociais, espaciais, culturais e ecológicas em ações concretas, que possibilitem um suporte para a construção de saberes passíveis de serem concretizados e competências adaptadas a tais objetivos.

### **3 O PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO BRASIL**

A agricultura familiar é caracterizada por sua produção ser orientada para a satisfação do bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade. Isso ocorre por não haver separação entre gestão e trabalho, estando ambos sob a responsabilidade do produtor e sua família. Mesmo quando ocorre a necessidade de contratar mão-de obra, ela ocorre de forma a complementar a força de trabalho da família (ALTAFIN, 2005). Sob esta ótica, um estabelecimento familiar é ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo, e uma unidade de produção e reprodução social.

Abramovay (1992) ressalta três traços básicos da agricultura familiar: a) os membros estão relacionados por parentesco ou casamento; b) a propriedade dos negócios é usualmente combinada com controle gerencial; e c) o controle é transmitido de uma geração para outra dentro da mesma família.

Políticas públicas que compreendem gastos públicos capazes de diminuir os custos de produção e viabilizar o setor produtivo melhoram as condições estruturais de crescimento e desenvolvimento da economia local. Sendo assim, as políticas públicas voltadas à promoção da agricultura familiar seriam capazes de diminuir algumas das dificuldades históricas para o desenvolvimento do setor como: a baixa capitalização, a dificuldade de acesso ao crédito, e o acesso aos mercados modernos pela adoção de novas tecnologias. Superadas tais dificuldades o setor poderia então contribuir para a economia local e para o desenvolvimento das sociedades onde estão inseridos (PITAGUARI; LIMA, 2005).

Os problemas enfrentados pela agricultura familiar no Brasil e as especificidades do setor requerem políticas públicas pertinentes, que viabilizem estes pequenos empreendimentos produtivos, promovam a fixação do produtor rural no campo – evitando novos fluxos de êxodo rural – e contribuam para o desenvolvimento regional (JUNQUEIRA; LIMA, 2008). A partir da identificação das necessidades específicas do setor de produção familiar compõe-se a base de um projeto nacional de desenvolvimento para este segmento rural brasileiro, e pôde-se implementar uma política pública que objetiva o desenvolvimento da agricultura familiar no Brasil. Esta política está amparada na Lei nº 11.326, de 24/07/2006, que estabelece as diretrizes da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Rurais Familiares.

Diferentemente da situação clássica de outros países, a agricultura familiar no Brasil sempre ocupou espaços deixados pela grande agricultura. E devido a esse caráter marginal, vem encontrando dificuldades para programar um sistema produtivo sustentável no longo prazo (JUNQUEIRA; LIMA, 2008).

A opção adotada para delimitar o conceito de agricultura familiar, e para a adoção de políticas públicas pertinentes ao setor, está centrada na caracterização geral de um grupo social bastante heterogêneo. A delimitação legal do conceito combina critérios como: o tamanho da propriedade, predominância familiar de mão-de-obra e renda, e gestão familiar da unidade produtiva (ALTAFIN, 2005).

A legislação brasileira define a propriedade familiar como imóvel rural que, direta e pessoalmente explorado pelo agricultor e sua família, lhes absorva toda a força de trabalho,

garantindo-lhes a subsistência e progresso socioeconômico, com área máxima fixada para cada região assim como seu tipo de exploração, podendo ser, eventualmente, trabalhado com a ajuda de terceiros – Estatuto da Terra, Lei 4.504/64. Posteriormente, a Lei nº 11.326/06 caracteriza a agricultura familiar como sendo aquela desenvolvida em propriedades rurais de até 04 (quatro) módulos fiscais, onde predomina o trabalho familiar sobre a mão-de-obra total do estabelecimento. O valor da unidade “módulo fiscal” é fixado pelo INCRA, e varia de município para município, com base nos critérios do art. nº 4 do Decreto 84.685/80 (BIANCHINI, 2005).

O Projeto de Cooperação entre a FAO e o INCRA, conforme aponta Bianchini (2005) dividiu os agricultores familiares em 4 tipologias de acordo com a renda, assim representados: tipo A – agricultores familiares capitalizados; tipo B – agricultores familiares em processo de capitalização; tipo C – agricultores familiares em níveis de reprodução mínima; tipo D – agricultores familiares abaixo da linha de pobreza. A divisão por tipologia de agricultores familiares é referencial importante para a implementação de políticas públicas diferenciadas de acesso ao crédito a cada categoria. A metodologia do estudo utilizou, como principal critério de encaixe nos diferentes tipos, a relação renda total e salário com base no valor do custo de oportunidade.

### 3. 1 O Programa Nacional de fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF

Até o início da década de 1990, não existia nenhuma política pública no Brasil, com abrangência nacional voltada ao atendimento das necessidades específicas do segmento social de agricultores familiares. O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), criado em 1996, é a primeira política pública diferenciada voltada aos agricultores familiares.

O programa é uma conquista dos movimentos sociais e sindicais de trabalhadores rurais nas últimas décadas. Assim, a criação do Pronaf representa a legitimação, pelo Estado, de uma nova categoria social – os agricultores familiares – que até então era marginalizada em termos de acesso aos benefícios da política agrícola (DENARDI, 2001).

Foi o estudo sobre a agricultura familiar no Brasil realizado em cooperação pela FAO/INCRA que estabeleceu o conjunto de diretrizes que nortearam a formulação das políticas públicas adequadas às especificidades dos diferentes tipos de agricultores familiares.

As diretrizes do Pronaf assimilaram conceitos e parâmetros do estudo FAO/INCRA, principalmente para a categorização dos agricultores familiares (BIANCHINI, 2005).

O Pronaf tem como eixos básicos: o financiamento da produção agrícola por intermédio da concessão de financiamento da produção; o financiamento de infraestrutura e serviços municipais; a capacitação e profissionalização dos agricultores familiares (SILVA, 2000). O eixo básico denominado financiamento da produção agrícola, que comporta os recursos para custeio e investimento da produção, está voltado ao apoio financeiro dos agricultores familiares segundo cinco categorias de beneficiários. Estas cinco categorias foram configuradas a partir da identificação dos diferentes tipos de agricultores familiares. Essa classificação diferenciada, adotada a partir de 1999, três anos após a implantação do Pronaf, permitiu que as regras fossem mais adequadas a cada segmento social, sendo que os encargos financeiros e os rebates visam auxiliar as parcelas com menores faixas de renda e em maiores dificuldades produtivas.

### 3. 2 O Programa de aquisição de alimentos – PAA

Historicamente ausente das políticas públicas, a comercialização da produção agrícola familiar sempre gerou frustração e desestímulo para os pequenos agricultores. O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA é um instrumento de política pública instituída pelo artigo 19 da Lei nº. 10.696/03.

O Programa adquire alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, de agricultores familiares que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf, conforme informações do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS).

Os produtos adquiridos pela CONAB dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques de segurança ou canalizados para populações em situação de risco alimentar – geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos. Os projetos de aquisição com doação simultânea são distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou beneficentes. Com isto, eleva-se o padrão nutricional e se constroem vínculos de solidariedade entre os habitantes da região.

O Programa de Aquisição de Alimentos, além de beneficiar os agricultores familiares que encontram dificuldades de escoamento de sua produção, passa a garantir sua inserção no comércio local, uma vez que eleva o poder aquisitivo dessa parcela da população rural. Denota-se ainda o aquecimento da economia dos municípios que implementam o programa (GUERRA et al., 2007).

Nesse caso, o Programa se torna um fortalecedor do mercado interno, melhora a dieta das famílias e garante a demanda dos alimentos produzidos na agricultura familiar. Os projetos do PAA têm a participação dos agricultores e/ou suas organizações (associações, cooperativas, sindicatos etc.), contam com a participação das prefeituras e de governos estaduais.

Para Mattei (2007), além de aumentar a renda deste segmento social, o PAA melhora a condição alimentar das pessoas beneficiárias do programa que se encontram em situação de vulnerabilidade social ou em situação de insegurança alimentar. Desta forma, este tipo de política pública busca a associação entre a política de segurança alimentar e nutricional e as políticas de promoção da agricultura familiar.

### 3. 3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE consiste na transferência de recursos financeiros do governo federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. As entidades executoras (estados, Distrito Federal e municípios) não podem gastar os recursos com qualquer tipo de gênero alimentício. Devem adquirir os alimentos definidos nos cardápios do Programa, elaborados por nutricionistas capacitados, com a participação do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) e respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola e preferência por produtos básicos, dando prioridade, dentre esses, aos semielaborados e aos in natura (FNDE, 2014).

O PNAE tem propiciado a organização coletiva, sem endividamento, induzindo a melhoria dos cultivos e garantindo a segurança e renda monetária. Também tem colaborado para que os agricultores familiares diversifiquem seus cultivos e incorporem novos produtos na dieta familiar. A garantia de compra pública ajuda a manter o nível de remuneração e reduz a dependência dos produtores em relação aos intermediários. Uma política pública de compras e garantia de preços tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção e para a aplicação mais conscienciosa de métodos de produção mais eficazes e menos nocivos

ao meio ambiente, em virtude dos padrões de qualidade exigidos para a composição da merenda escolar.

A participação dos agricultores nos programas públicos de aquisição de alimentos incentiva a organização coletiva, como cooperativas e associações, sendo que os efeitos positivos ultrapassam os ganhos econômicos, além de ter sentido político e social bem mais abrangente. Essas novas institucionalidades (cooperativas e associações) não funcionam estritamente como empresas, pois conformam redes sociais produtivas, que permitem aos agricultores desenvolver uma percepção do caráter social do trabalho e da natureza de empreendimento coletivo que caracteriza, por exemplo, um assentamento de reforma agrária (VALADARES et al., 2012).

#### **4 A POLÍTICA DE TERRITÓRIOS RURAIS DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO**

A estratégia de apoio ao desenvolvimento dos territórios rurais tem como objetivo aprimorar a gestão compartilhada do desenvolvimento sob os princípios da gestão social e tem como meta estabelecer e/ou fortalecer as instâncias territoriais para esta gestão. Neste sentido, a estratégia de capacitação dos Atores Sociais territoriais busca fortalecer a organização destas instâncias, estimular que o núcleo de direção seja o responsável pela coordenação política e o núcleo técnico pelo apoio técnico-operacional. Esta instância torna-se o núcleo referencial no processo de construção de uma proposta de desenvolvimento sustentável (MDA, 2005).

A centralidade do conceito de território nas políticas atuais, para Hadjimichalis (2008), caracteriza a redução de espaço a território, ao confundir enraizamento social com relações sociais localmente delimitadas. Apesar de definir múltiplas dimensões, elas só se operacionalizariam por meio de um regime uniescalar. No entendimento do MDA, a uniescalaridade do território é importante para a sua integração ao território nacional. Para tanto, nada melhor do que o ordenamento das políticas nacionais estabelecer diretrizes que permitam a sua aplicação nos diversos contextos regionais e instrumentos que se ajustem às demandas sociais provenientes dos territórios. Neste contexto, evidencia-se a importância de redefinir o papel do Estado, especialmente quanto à provisão de bens públicos, direção e regulação da economia, construção da democracia e da institucionalidade rural (MDA, 2005). É implícito aqui o regime de dividir o território nacional para melhor controlá-lo, garantindo a

territorialização do Estado, facilitando o controle dos bens públicos, da economia, da democracia e da institucionalidade.

Baseado em argumentos integralistas, a política estabelece um conceito de território no qual tudo cabe: um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial (MDA, 2005).

O que se quer mostrar que a política de territórios rurais é uma técnica apropriada pelo MDA para despolitizar o desenvolvimento, transformando-o no movimento racional do simples progresso espaço-temporal do mundo. Conforme argumenta Santos (2000) a vida assim realizada por meio dessas técnicas é, pois, cada vez menos subordinada ao aleatório e cada vez mais exige dos homens comportamentos previsíveis. Essa previsibilidade de comportamento assegura, de alguma maneira, uma visão mais racional do mundo e também dos lugares e conduz a uma organização sociotécnica do trabalho, do território e do fenômeno do poder.

As políticas territoriais tentam definir, dessa forma, uma posição de apoio ao planejamento enquanto uma tecnicidade do agir, um planejamento que ressalta a condição de disciplinar o cidadão, normatizar e padronizar a realidade, inserindo as pessoas em uma realidade que pode ser controlada pelo Estado. Este movimento é resultado da utilização de instrumentos de planejamento econômico, como é o caso das políticas de desenvolvimento territorial, que ao tentar alocar os meios de produção no território, o faz de forma tecnicista e racionalista, porém, diferente do que faz parecer, nunca de forma apolítica (SACHS, 1993).

## **5 O TERRITÓRIO RURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**

O território rural do Alto Vale do Itajaí é constituído (Figura 1), de 32 municípios, compreendendo uma população de 299.647 habitantes, sendo 112.989 habitantes na área rural (IBGE, 2010), possui um IDH-M (Índice de desenvolvimento humano – médio) de 0,727, alto (PNUD, 2010). Trata-se de um território rural, reconhecido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário brasileiro (MDA).

**Figura 1 – Principais indicadores do território rural do Alto Vale do Itajaí**

<b>Indicador</b>	<b>Índice/Valor</b>
IDH -M (IDH médio dos municípios)	0,727
IDH - L (Longevidade)	0.848
IDH – E (Educação)	0,618
IDH – R (Renda)	0,735
População Total	299.647
População Urbana	186.258 (62,15%)
População Rural	112.989 (37,70%)
Território (Km quadrados)	10.698,16

Fonte: PNUD (2010); IBGE (2010).

A evolução demográfica do Alto Vale do Itajaí está diretamente ligada às investidas colonizatórias, à construção de estradas (1908 e 1911), da rede ferroviária ao ciclo da madeira. Rio do Sul, fruto da expansão de Blumenau, cresceu com a imigração das populações jovens, das comunas circunvizinhas de colonização europeia. O contingente populacional que se deslocou para a região mais Alta do Alto Vale, predominantemente composta por brasileiros. (POLEZA et al., 2014). Já as cidades de Leoberto Leal e Alfredo Wagner tiveram sua formação histórica associada aos imigrantes vindos da colônia de São Pedro de Alcântara, Santa Isabel e Santa Tereza (as duas últimas localizadas no que hoje pertence ao município de Águas mornas, na Grande Florianópolis).

Com relação a dimensão econômica no território rural, ao longo do tempo ocorreram ciclos econômicos ligados a diversas culturas agrícolas. Após o ápice do ciclo da madeira, na década de 50 houve o ciclo da mandioca, seguido da fumicultura e suinocultura e que foram sucedidos pela batata. A cultura da batata tinha proporcionalmente grande área plantada na década de 50 e 60. Entretanto, devido a problemas fitossanitários e a queda de preços, a cultura foi praticamente abandonada, restando atualmente pequenas áreas marginais.

Atualmente a produção é bastante diversificada, predomina a agricultura familiar, com os cultivos de milho tanto em grãos como para silagem, contendo-se no território uma bacia leiteira considerável, com destaque para o município de Presidente Getúlio. Também a rizicultura irrigada possui ampla importância para diversos municípios, com destaque para Agrônômica e Mirim Doce. A fumicultura permanece presente ao longo de todo o território, assim como a suinocultura tanto de pequenos produtores (subsistência) como com a produção

integrada junto a um grande frigorífico da região. Tem se fortalecido desde a década de 80 a olericultura (cultivo de hortaliças que engloba culturas folhosas, raízes, bulbos, tubérculos e frutos diversos). Em especial nas cidades de Ituporanga, Alfredo Wagner, Aurora, Atalanta, Chapadão do Lageado, Leoberto Leal, Imbuia, Vidal Ramos e Petrolândia, a olericultura é baseada quase que exclusivamente na cultura da cebola.

As razões que possibilitaram o aumento de área cultivada com cebola foram várias, entre as quais se salientam a introdução de corretivos de solo e adubos de síntese industrial. A cebola que era cultivada em pequenas áreas com adubação orgânica e no sistema de rotação de culturas, teve um aumento na área média e intensificou-se o monocultivo (STOCK, 2014).

A monocultura está associada a quase totalidade das demais culturas desenvolvidas na região e, por esta maneira de produzir, diversos problemas sociais e ecológicos foram criados e amplificados no território. As adoções de muitas tecnologias ditas modernas como o uso de herbicidas e moto mecanização aumentaram significativamente a produtividade, elevando a rentabilidade e possibilitando uma concorrência do produto no mercado frente aos produtores internacionais, contudo a ciência agrônoma nas últimas décadas, com um enfoque reducionista, relegou a um plano secundário o conhecimento dos produtores e homogeneizaram as práticas agrícolas e culturas, adaptando os solos, recursos e produtores aos novos insumos e características homogêneas da lavoura. Procurou-se tornar as condições de produção iguais, usando insumos como adubos industriais e maquinaria.

A adoção de novas tecnologias teve um efeito perverso ao contribuir para a expulsão dos pequenos produtores para o meio urbano e diminuir as populações dos municípios produtores. Os investimentos necessários para permanecer em um mercado extremamente competitivo foram muito altos para diversas famílias, que sem conhecimento prático de outras culturas acabaram por abandonar o campo, indo para as cidades (STOCK, 2014).

Dentre os problemas ambientais do território, a erosão, ocasionada pelo relevo de natureza acidentada da região, aliada as pequenas propriedades, faz com que com muitas lavouras sejam implantadas em solos com grande inclinação, em áreas que anteriormente abrigavam florestas. Os solos descobertos ficam desprotegidos frente a ação do sol, chuvas e ventos, removendo a parte superficial do solo e seus nutrientes. A maioria dos agricultores não utiliza nenhuma prática para proteger os solos e na maioria das áreas cultivadas houve diminuição significativa da matéria orgânica (STOCK, 2014).

O uso de agrotóxicos, devido a problemas que incluem manipulação, dose e época de aplicação, entre outros, tem levado a um agravamento e comprometimento da saúde dos

produtores, a contaminação das nascentes e dos lençóis freáticos, a contaminação do solo, flora e fauna da região.

Nos últimos anos, empreendimentos associativos, em especial agroecológicos, na área rural, têm demonstrado potenciais tanto na área turística como na produção de alimentos. A participação de agricultores em arranjos produtivos, através de associações, cooperativas, entidades de classe dentre outras formas, possibilita que, em conjunto, agricultores familiares alcancem uma mudança de patamar na qualidade de vida, sendo socialmente justa, economicamente viável, ecologicamente sustentável, espacialmente sustentável e também culturalmente sustentável. Destacam-se no território rural do Alto Vale do Itajaí a CRAVIL, Cooperativa tradicional, com sede em Rio do Sul e com cooperados nos 32 municípios; CRESOL (Cooperativa de crédito solidário), também com abrangência em todo o território; Acolhida na colônia com propriedades participantes nos municípios de Apiúna, Presidente Getúlio, Presidente Nereu, Vitor Meirelles, Witmarsum, Aurora, Atalanta, Rio do Sul, Agrolândia e Agronômica. Também a Rede Ecovida de Agroecologia, com propriedades certificadas nos diversos municípios. Além destes empreendimentos, existem outras pequenas associações e cooperativas que mantem como princípios a autogestão e a solidariedade entre seus membros, tradicionais da agricultura familiar.

## **6 POLITICAS PÚBLICAS E A AGRICULTURA FAMILIAR NO TERRITÓRIO RURAL DO ALTO VALE DO ITAJAÍ**

O modelo catarinense de desenvolvimento é historicamente reconhecido pela peculiar distribuição espacial da população, com baixo índice de concentração fundiária e pela diversidade de atividades econômicas, com bom potencial na geração de trabalho e renda. No entanto, nas últimas décadas vem sofrendo um processo de concentração fundiária e degradação ambiental, provocando empobrecimento de setores rurais, principalmente da agricultura familiar. Diante dessa realidade devem ser valorizadas as potencialidades e especificidades do território (MDA, 2005). No território rural do Alto Vale do Itajaí o percentual é superior, chegando a 90,3% e ocupando 64,04% das áreas utilizadas para a agricultura (IBGE, 2010).

Os principais programas voltados para a agricultura familiar identificados no território foram o PRONAF com R\$ 258.714.201,30 e o PNAE, com R\$ 3.982, 382, 00 aplicados. O PAA teve um repasse de R\$ 77.978,00 oriundos do Ministério do Desenvolvimento Social e

Combate à Fome, através de uma CPR-Doação (Cédula de Produtor Rural) emitida com vencimento em 30/12/2015 (CONAB, 2015).

Além destes programas, a CIAT, Comissão de Implantação de Ações Territoriais, viabilizou recursos para projetos em âmbito territorial.

### 6.1 Ações da CIAT (Comissão de Implantação de Ações Territoriais) no território do Alto Vale do Itajaí

A Comissão de Implantação de Ações Territoriais (CIAT) foi constituída no como uma instância colegiada gestora do processo de desenvolvimento do território. Suas atribuições concentram-se no suporte político, organizacional e técnico ao Programa de Territórios Rurais, especialmente nas etapas de auto-organização do território. As suas ações devem ser pensadas dentro de uma concepção de enfoque territorial, numa visão integradora de espaços, atores sociais, agentes, mercados e políticas públicas de intervenção e tem como metas fundamentais a equidade, o respeito à diversidade, a solidariedade, a justiça e a inclusão social, o sentimento de “pertencimento” histórico-cultural, além da gestão social e do controle sobre as políticas públicas pelos atores territoriais e sociedade civil organizada (MDA, 2005).

Com a implantação da Comissão de Implantações de Ações Territoriais alguns projetos (Figura 2), foram viabilizados através de convênios junto ao ministério do Desenvolvimento Agrário, projetos que buscaram atender a essa concepção de enfoque territorial.

**Figura 2** – Projetos viabilizados pela CIAT no território

Projetos	MDA (R\$)	Contrapartida (R\$)	Total (R\$)
Ervateira Cafuzos	67.500,00	7.500,00	75.000,00
Plantas Medicinais	105.000,00	10.000,00	115.000,00
Usina Tratamento de madeira de Salete	50.000,00	5.000,00	55.000,00
Coop. De Agricultura Familiar	47.700,00	5.300,00	53.000,00
Central Comercialização Balcão de Negócios	35.000,00	5.000,00	40.000,00

Usina Tratamento Madeira (Aurora)	50.000,00	5.000,00	55.000,00
Casa Familiar Rural	30.000,00	6.000,00	36.000,00
TOTAL	385.200,00	43.800,00	429.000,00

Fonte: MDA (2005)

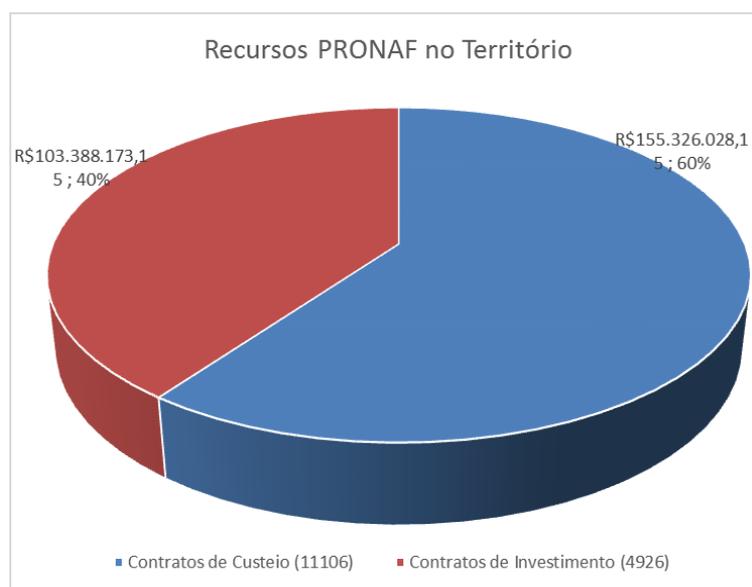
Certos projetos buscaram resolver situações locais, caso da Ervateira Cafuzos em José Boiteux. O assentamento da comunidade Cafuza, estabelecido pelo INCRA em 1993, trouxe solução para um problema enfrentado por vários anos na região. As 33 famílias cafuzas viviam dentro de uma reserva indígena, no município de José Boiteux. Para pacificar os conflitos resultantes da convivência, na mesma área, entre essas famílias e as indígenas, o INCRA/SC adquiriu uma área próxima para assentar a comunidade. A área adquirida possuía quantidade significativa de pés de erva-mate. Para aprimorar a produção, entretanto, os assentados plantaram mais 100 mil mudas, garantindo, desta forma, uma cultura que poderia sustentar a comunidade. O objetivo do empreendimento foi agregar valor ao produto.

Já as usinas de tratamento de madeira de Salete e de Aurora, buscam atender principalmente os agricultores familiares locais, que necessitem realizar o tratamento em madeiras oriundas de reflorestamento. Ambas estão operacionais

## 6. 2 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

Os recursos do PRONAF basicamente são divididos entre contratos de custeio e investimento. Os contratos de custeio financiam a realização das lavouras com prazo de reembolso de até três anos para custeio agrícola e de até dois anos para o custeio pecuário. De maneira geral, as culturas passíveis de financiamento no território rural do Alto Vale do Itajaí possuem prazo de reembolso de um ano, renováveis automaticamente por até cinco anos. As taxas efetivas variam de 2,5% ao ano para contratos de até R\$ 10.000,00, 4,5% ao ano, para contratos de até R\$ 30.000,00, e 5,5% ao ano em contratos de até R\$ 100.000,00, sendo este o teto para contratação por mutuário, na soma das diferentes culturas empreendidas na propriedade familiar.

**Gráfico 1 – Recursos do Pronaf no Território por tipo de contratos**



Fonte: MDA (2012)

No ano de 2012 (último ano disponível), segundo o MDA (Gráfico 1), foram R\$ 155.326.028,15 em recursos aplicados pelo PRONAF nas linhas de custeio no território rural do Alto Vale do Itajaí, foram 11.106 contratos realizados com valor médio de R\$ 13.985,78. Estes recursos reforçaram as economias dos municípios, possibilitando para os agricultores a realização da compra de insumos com juros de reposição abaixo do mercado (abaixo da inflação), e mais do que isso, reforçam a segurança das propriedades familiares por outros dois itens, Proagro e PGPAF. O Proagro é um seguro da lavoura financiada, contratado juntamente ao PRONAF com valor subsidiado, garante, em caso de correta aplicação dos recursos na lavoura, à indenização correspondente por perda em virtude de eventos naturais como granizo, seca, ou excesso de chuva, dentre outros. Já o PGPAF (Programa de garantia de preços para a Agricultura Familiar), garante um bônus de desconto ao contrato, sempre que o preço de mercado do produto financiado estiver abaixo do preço de garantia vigente.

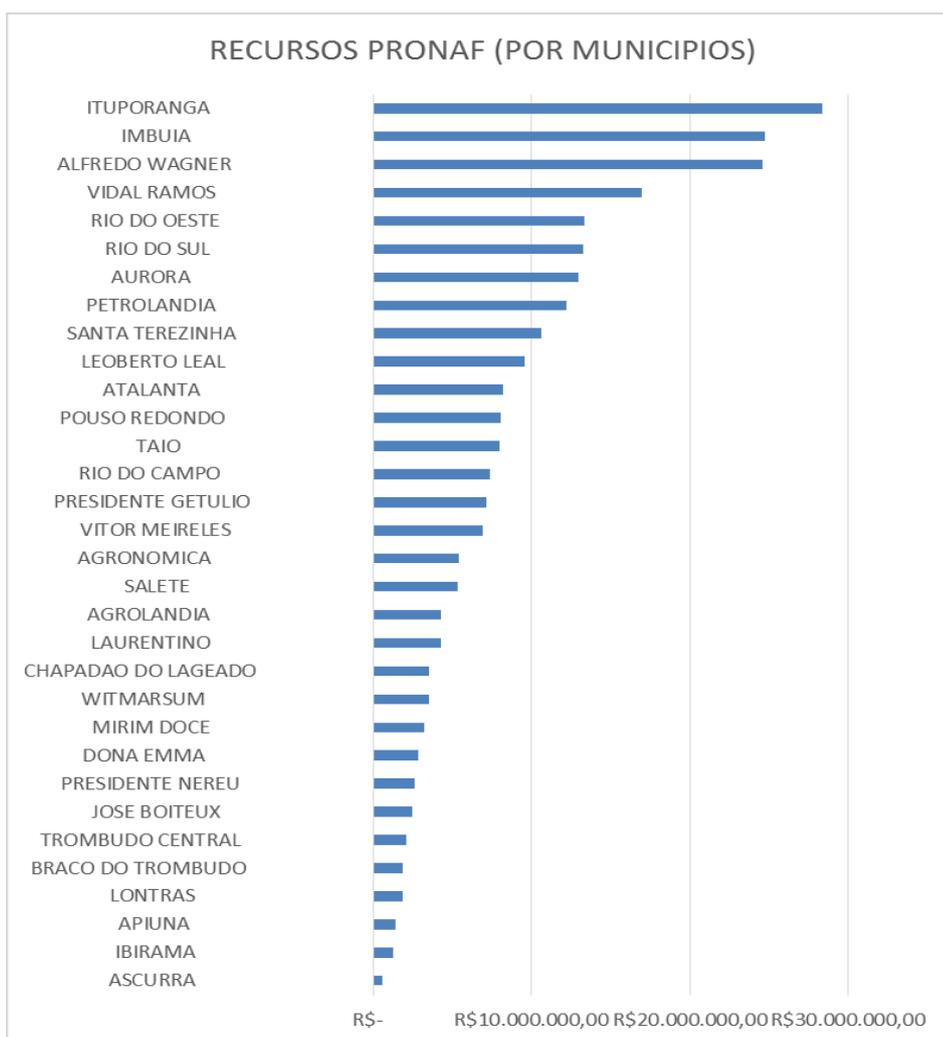
As linhas de investimento são utilizadas quando da aquisição de máquinas, equipamentos, construção de reforma de Galpões, investimentos florestais, aquisição de animais (como vacas de leite), possuem a mesma dinâmica atualmente quanto as taxas dos contratos de custeio. Os prazos de reposição são de até 10 anos, com teto de R\$ 150.000,00 por beneficiário, a exceção fica por conta das atividades de suinocultura, avicultura e fruticultura, que possui teto de R\$ 300.000,00 por beneficiário.

Segundo o MDA (2012), o saldo das operações de PRONAF investimento no território Rural do Alto Vale do Itajaí era de R\$ 103.388, 173, 15, com valor médio de R\$ 20.988,26 por operação nos 4926 contratos realizados.

Esses recursos tanto circulam pela economia do próprio território, através da produção de bens pela indústria local, como pode também auxiliar na dinâmica econômica nacional, através do incentivo à produção de máquinas e equipamentos produzidos nos mais diversos polos, que tem como mercado a Agricultura familiar.

Chama a atenção para o PRONAF na modalidade investimento, a possibilidade de adequação da estrutura produtiva das propriedades familiares com a adoção de novas tecnologias. A impossibilidade da adoção destas nas décadas de 80 e 90 teve um efeito perverso ao contribuir para a expulsão dos agricultores do campo e iniciando um movimento de êxodo rural mais acentuado no território.

**Gráfico 2 – Recursos do Pronaf (por municípios do território)**



Fonte: MDA, (2012)

Quanto a divisão da utilização dos recursos por parte dos municípios do território (Gráfico 2), fica claro a maior utilização no âmbito geral dos agricultores familiares que trabalham com a Olericultura onde o monocultivo de cebola é preponderante. 54% do volume aplicado de recursos foram destinados a estes municípios, sendo que 30% ficou com os três principais produtores, Ituporanga, Imbuia e Alfredo Wagner. O maior valor de recursos PRONAF “per capita” foi registrado na cidade de Imbuia, com R\$ 7.740,61 de recursos médios por habitante na área rural da cidade. O menor na cidade de Apiúna com R\$ 268,19. De maneira geral, a média é de R\$ 2.224,82 por habitante da área rural.

### 6.3 Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE)

O PNAE consiste na transferência de recursos financeiros do governo federal, em caráter suplementar, aos estados, Distrito Federal e municípios, para a aquisição de gêneros alimentícios destinados à merenda escolar. O PNAE, embora não tenha a envergadura do PRONAF, tanto em alcance de público como em valores financeiros, tem contribuído no desenvolvimento sustentável do território rural do Alto Vale do Itajaí.

O programa propicia uma mudança na estrutura produtiva de muitas propriedades através da organização coletiva em empreendimentos de economia solidária, onde a característica de autogestão estabelecida na agricultura familiar é preponderante. A garantia de compra pública ajuda a manter o nível de remuneração e reduz a dependência dos produtores em relação aos intermediários. Uma política pública de compras e garantia de preços tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção.

Também fica evidente uma mudança da agricultura convencional, baseada no uso de agrotóxicos, para uma agricultura agroecológica nas propriedades.

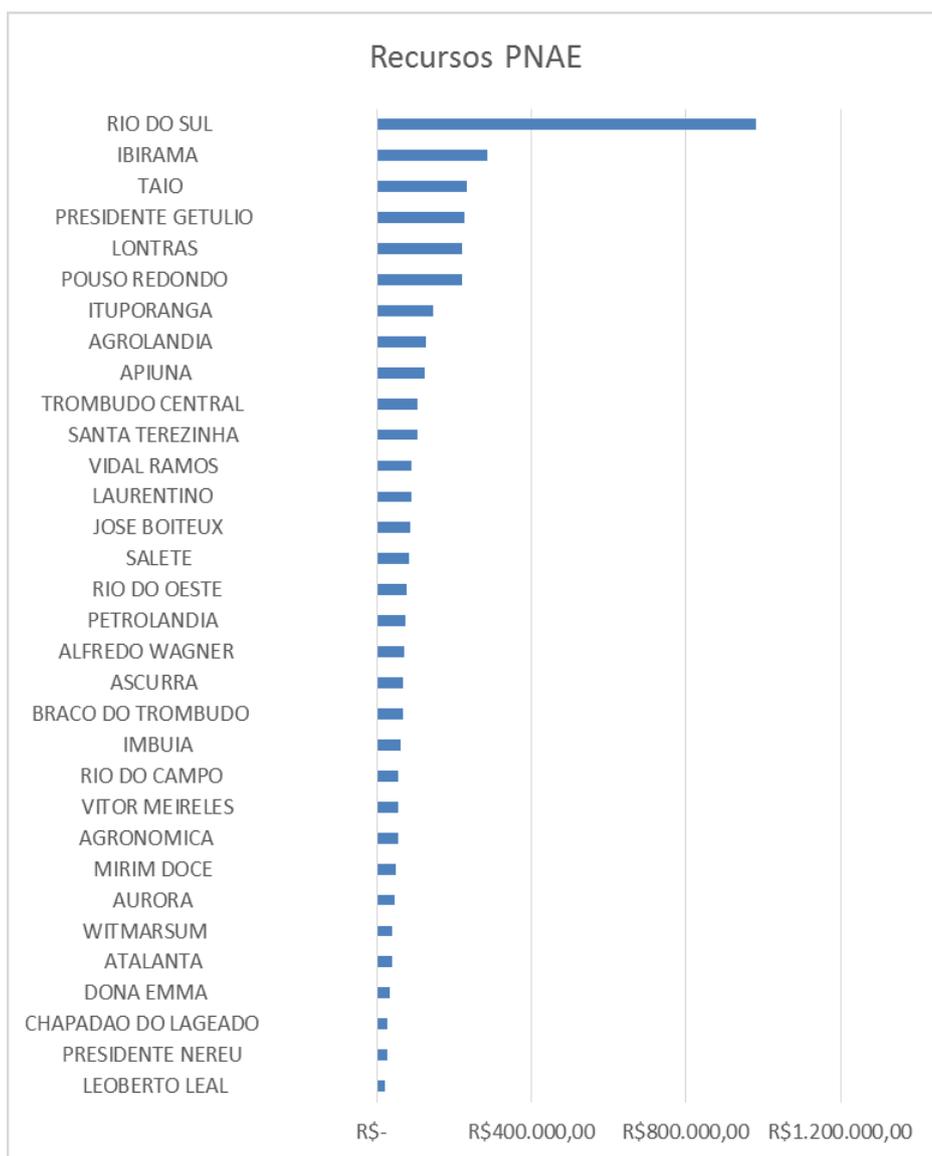
A agroecologia propõe uma relação homem-natureza que respeite minimamente os tempos e as lógicas naturais e uma relação homem x homem que supere a opressão e a marginalização, além de uma economia que se baseie muito mais na satisfação das necessidades individuais e sociais do que no lucro (MARTINS, 2014).

Esta nova maneira de produzir, necessária para atingir os padrões de qualidade e requisitos da merenda escolar tem colaborado para que os agricultores familiares diversifiquem seus cultivos e incorporem novos produtos na dieta familiar.

Quanto aos recursos utilizados do PNAE (Gráfico 3) o destaque é a cidade de Rio do Sul, já a cidade que menos recursos utilizou foi Leoberto Leal. Diversas variáveis contribuem

para a constituição destes números, desde o número de estabelecimentos de ensino (Rio do Sul possui uma rede escolar muito mais ampla), até a questão de organização dos próprios agricultores em cooperativas e associações, e sua adequação aos requisitos exigidos para os alimentos da merenda escolar.

**Gráfico 3** – Recursos do PNAE (por municípios do território)



Fonte: FNDE (2014)

## 7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo principal deste estudo foi fazer uma análise dos principais programas de apoio às políticas públicas de inserção produtiva, voltadas para a agricultura familiar,

desenvolvidos no território rural do Alto Vale do Itajaí, sua abrangência e penetração. O universo desta pesquisa compreendeu o ordenamento territorial realizado pelo MDA (Ministério do Desenvolvimento Agrário) e SDT (Secretaria de Desenvolvimento Territorial) composto pelos seus 32 municípios.

A análise compreendeu um levantamento de informações do território, suas questões espaciais, culturais, econômicas, sociais, ecológicas e as informações relacionadas aos programas voltados para a agricultura familiar.

Sobre a política dos territórios rurais, esta vem “de cima para baixo”, em vez de considerar outros recortes espaciais já existentes no Estado. Não foram observados programas específicos para o território apenas a replicação daqueles já existentes em âmbito geral. A exceção fica por conta dos recursos de projetos viabilizados pela CIAT, que se mostraram irrelevantes tendo em vista a abrangência dos demais programas.

O território possui um IDH médio de 0,727 alto, contudo apresenta grandes diferenças entre os municípios. O município de Rio do Sul ostenta o IDH mais alto, 0,802 (muito alto), enquanto o município de Alfredo Wagner possui o IDH mais baixo, (0,668 baixo). Ao analisarmos a relação entre os recursos aplicados através dos programas e a relação existente com os indicadores de desenvolvimento humano, veremos que não necessariamente mais recursos representam índices de desenvolvimento melhores. Em relação aos programas, não devemos nos ater a visões simplistas. O Pronaf representa o que de melhor foi feito para diminuir o êxodo rural, possibilitando aos agricultores reorganizar-se produtivamente através das linhas de crédito investimento, e através das linhas de custeio possibilitou não só com que os agricultores elaborem financeiramente suas lavouras dentro dos padrões necessários, mas também a segurança do seguro agrícola e da garantia de preços do PGPAF.

A abordagem do PNAE traz novas possibilidades para a reestruturação produtiva, com a garantia de compra pública ajuda a manter o nível de remuneração e reduz a dependência dos produtores rurais em relação aos intermediários. Uma política pública de compras e garantia de preços tem efeito estruturante para o planejamento e diversificação da produção, atualmente baseada no monocultivo. Também os arranjos associativos que o programa tem possibilitado, favorecem uma mudança de patamar na qualidade de vida das famílias e uma ressignificação social do trabalhador do campo quando o que este produz é consumido por seus próprios filhos nas escolas.

Os programas existentes elevam o modo e a capacidade de produção das propriedades familiares, mas ainda há um longo caminho para a manutenção da agricultura familiar, a

atividade agrícola por mais que tenha modernizado suas técnicas, permanece sendo árdua. Com as mudanças climáticas, tem sido cada vez mais incerto o resultado do esforço dos agricultores e sua garantia de renda para manutenção de seu modo de vida no campo.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, R. Para uma teoria dos estudos territoriais. In: VIEIRA, P. F.; et al. **Desenvolvimento territorial sustentável no Brasil**. Florianópolis: APED/SECCO, 2010, p. 27-47.

ALTAFIN, I. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.redeagroecologia.cnptia.embrapa.br/biblioteca/agricultura-familiar>>. Acesso em: 26 jan. 2016.

BEYME, K. V. Policy Analysis und Traditionelle Politikwissenschaft. In: Hans-Hermann Hartwich (org.): **Policy-Forschung in der Bundesrepublik Deutschland. Ihr Selbstverständnis und ihr Verhältnis zu den Grundfragen der Politikwissenschaft**. Opladen: Westdeutscher Verlag, 1985, p.7-29.

BIANCHINI, V. **O universo da agricultura familiar e sua contribuição ao desenvolvimento rural**. Rio de Janeiro, 2005. Curso de Aperfeiçoamento em Agroecologia. REDCAPA – Rede de Instituições Vinculadas à Capacitação em Economia e Política Agrícola da América Latina e Caribe.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO (PAA) – Evolução das operações. In: **Agricultura e Abastecimento Alimentar: políticas públicas e mercado agrícola**. Brasília: Conab, 2009.

\_\_\_\_\_. **Transparência pública do PAA: Programa de aquisição de alimentos**. Brasília, 2015. Disponível em: <<https://goo.gl/bqTijx>>. Acesso em: 21 dez. 2015.

DENARDI, R. A. **Agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável**. Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável, Porto Alegre, v. 2, n. 3, p. 56-62, 2001.

FREY, K. Políticas Públicas: Um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de Políticas Públicas no Brasil. **Revista de Planejamento e Políticas Públicas**, Brasília/IPEA, n. 21, p.211-259, 2000.

FNDE- Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar**. Brasília, 2014. Disponível em: <<https://goo.gl/3S3Se1>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

GUERRA, A.C.; et al. **Agricultura familiar e economia solidária: o programa compra direta como política de inserção**. Anais Congresso Brasileiro de Sistemas de Produção. Fortaleza, 2007. Disponível em: <<https://goo.gl/hi1aVC>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

HADJIMICHALIS, C. Factores no económicos en la geografía económica y en el “nuevo regionalismo”. In: FERNÁNDEZ, V. R.; AMIN, A.; VIGIL, J. I. (Orgs.). **Repensando el desarrollo regional: contribuciones globales para una estrategia latinoamericana**. Buenos Aires: Miño y Dávila, 2008. p. 247-265.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2006**. Brasília, 2006. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

\_\_\_\_\_. **Censo Demográfico 2010**. Brasília, 2010. Disponível em: <[www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/default.shtm)>. Acesso em: 28 jan. 2016.

JUNQUEIRA, C. P.; LIMA, J. F. de. Políticas públicas para a agricultura familiar no Brasil. Seminário: **Ciências Sociais e Humanas**, Londrina, v. 29, n. 2, p. 159-176, 2008.

KISSLER, L; HEIDEMANN, F. G. Governança Pública: Novo modelo regulatório para relações entre Estado, mercado e sociedade? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.3, n. 40, p. 479-499, 2006.

MARTINS, J. **Pedagogias Agrícolas: continuidades e rupturas. Uma abordagem educacional sobre transições agroecológicas**. 2013. Tese (Doutorado em Educação). UFSC, Florianópolis, 2013.

MATTEI, L. **Impactos do Pronaf: análise de indicadores**. Brasília, 2005. Disponível em: <<http://www.nead.org.br>>. Acesso em: 25 jan. 2016.

MDA- Ministério do Desenvolvimento Agrário. Secretaria de Desenvolvimento Territorial. **Marco referencial de apoio ao desenvolvimento de territórios rurais**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Anuário Estatístico de crédito Rural**. Atividade e Finalidade PRONAF. Brasília, 2012. PITAGUARI, S. O.; LIMA, J. Ferrera de. As idéias keynesianas e o crescimento do produto nas economias locais. Interações: **Revista Internacional de Desenvolvimento Local**, Campo Grande, v. 6, n. 10, p. 11-20, 2005.

POLEZA, M. M.; BUTZKE, L.; RISCHBIETER, I. K.. Desenvolvimento Territorial Sustentável e turismo no Alto Vale do Itajaí, Santa Catarina: o associativismo municipal no Projeto Tremtur. In: Ivo Marcos Theis. (Org.). **Desenvolvimento local/regional na periferia do capitalismo mundializado: estudos de caso em Santa Catarina**. 1ed. Blumenau: Edifurb, 2014, p.143-158.

PNUD- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. **IDH**. Brasília, 2010. Disponível em: ><http://www.pnud.org.br/IDH/DH.aspx> <Acesso em: 30 jan. 2016.

SACHS, I. **Estratégias de transição para o século XXI, desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel, 1993.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, E. R. A. **Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf: uma avaliação das ações realizadas no período 1995/1998**. Brasília, 2000.  
Disponível em: > <http://www.gipaf.cnptia.embrapa.br> <Acesso em: 30 jan. 2016.

STOCK, A. **Olericultura no Alto Vale do Itajaí: Impactos da Atividade naquele espaço geográfico**. VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional: Globalização em Tempos de Regionalização e Repercussões no Território. Anais. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, p 6-12, 2015.

VALADARES, A. A.; et al. A questão agrária e a pobreza rural no Brasil. In: MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Org.). **A nova cara da pobreza rural: desafios para as políticas públicas**. Série Desenvolvimento Rural Sustentável. Brasília: IICA, 2012, p. 259-286.

WINDHOFF-HÉRITIER, A. **Policy-Analyse: eine Einführung**. Frankfurt am Main/New York: Campus, 1987.

*Recebido em 27 de junho de 2017 e aceito em 28 de junho de 2017.*